

## **A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO REGULAR: A LEGISLAÇÃO.** Meire Aparecida Barbosa, Profª Rosimar Bortolini Poker - Sub-área - 3:20 - Educação - Área: Ciências Humanas - Departamento de Educação Especial – Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp – Campus Marília.

Segundo a Lei Federal nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1.996, art.24 do decreto nº 3.298/99 e a Lei nº 7.853/89, “a pessoa com deficiência tem direito à educação pública e gratuita preferencialmente na rede regular de ensino, e, ainda, à educação adaptada às suas necessidades educacionais especiais (BRASIL, 1996)”.No entanto, percebe-se que, no âmbito escolar, tais direitos não estão sendo garantidos. Conforme foi constatado nessa pesquisa e, principalmente, durante a prática de estágio nas escolas de ensino fundamental (séries iniciais), observou-se que os alunos com surdez eram totalmente ignorados pelas professoras, não sendo consideradas às suas necessidades educacionais especiais.

As referidas professoras dessas classes, não tinham conhecimento da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e, também não faziam nenhum tipo de adaptação curricular adequada para esses alunos surdos incluídos. E o mais relevante, nessas escolas é que não havia a presença de Intérpretes de LIBRAS para interpretar para interpretar as aulas em Língua Brasileira de Sinais e nem de Instrutores Surdos que auxiliassem o processo de ensino favorecendo a mediação da comunicação entre professor (ouvinte) com o aluno (surdo).

Diante desse quadro, pretendeu-se realizar uma pesquisa exploratória com o objetivo de identificar, analisar e reunir instrumentos legais que têm por finalidade garantir a inclusão do aluno surdo no sistema regular de ensino. Essa pesquisa foi feita por meio do levantamento e análise de documentos legais que indicam os direitos legislativos do o aluno com surdez, proporcionando-lhe uma educação efetivamente inclusiva. Os materiais pesquisados foram: Decretos, Diretrizes, Leis, Portarias, Planos, Resoluções. Até o momento foram identificados e coletados alguns dados referentes às legislações que tratam especificamente dessa inclusão as quais são de cunho: Municipal (na Cidade de Marília), Estadual (no Estado de São Paulo) e Federal (no Brasil).

No âmbito federal observou-se que há documentos que tratam da educação do aluno surdo e da educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Em relação aos documentos de âmbito federal temos a LDB (Lei de Diretrizes e Bases, 1996) que nos seus artigos 58º, 59º e 60º, alegam que o aluno com necessidades educacionais especiais preferencialmente do ensino regular junto com outras as crianças que não possuem nenhum tipo de deficiência, promovendo sua inclusão social; e, se acaso houver necessidade receber dele apoio de um professor especializado ele tem esse direito.

Segundo tal legislação, ele poderá requerer o atendimento especializado quanto às suas peculiaridades e/ou dificuldades de aprendizagem, além de assegurar também, o direito de ter um currículo adaptado às suas necessidades educacionais especiais.

Entretanto, a LDB muitas vezes, é negligenciada por aqueles que compõem o “corpo da escola regular”, ou seja, a administração escolar, que é co-responsável por adquirir e assegurar os princípios norteadores da inclusão e colocá-la em prática em seu cotidiano. As escolas contrariam a LDB, que oferecem uma educação inclusiva e tem como objetivo adequar às necessidades educacionais do seu alunado, sejam elas quais forem: psíquicas, físicas, visuais e lingüísticas, em se tratando do aluno com surdez.

Outro documento federal é o Plano Nacional de Educação Especial (2001), que tem como meta implantar em cinco anos e generalizar em dez anos, o ensino da Língua Brasileira de Sinais para os alunos surdos e, sempre que possível para seus familiares e para os funcionários da unidade escolar incluídos no sistema regular de ensino, mediante um programa de formação de instrutores, em parcerias com organizações não-governamentais, aponta que:

A União tem um papel essencial e insubstituível no planejamento da expansão do atendimento, uma vez que as desigualdades regionais na oferta educacional atestam uma enorme disparidade nas possibilidades de acesso à escola por parte dessa população especial. O apoio da

União é mais urgente e será necessário onde se verificam as maiores dificuldades de atendimento. (BRASIL, 2001).

Em 2002 foi estabelecida a Lei Federal que institui a Lei de LIBRAS nº 10.436 de 2005, assinado pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Tal Lei reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) “como forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil”.

Além do mais, há um Decreto Lei de LIBRAS nº 5.626, 22 de 2005 assinado pelo Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, que regulamenta no Capítulo II e recomenda “a Inclusão da LIBRAS como Disciplina Curricular, prioritariamente nos cursos de Pedagogia e Educação Especial e em todas as Licenciaturas”, aponta que todos os profissionais da área da educação devem se adequar a esse decreto federal, incluindo também àqueles educadores que já tenham concluído a Licenciatura, seja ela qual for, como o curso de Letras, o de História, entre outros. E por conseqüência, todas as escolas que tiverem um aluno surdo, deverão oferecer a ele como suporte lingüístico, um Intérprete para interpretar as aulas em Língua Brasileira de Sinais.

Observa-se que com a oficialização da LIBRAS em 2002 como língua oficial e natural dos surdos brasileiros, dotada de uma estrutura gramatical própria semelhante à Língua Portuguesa, a Comunidade Surda ampliou luta pelos seus direitos e, três anos mais tarde foi promulgado o Decreto de Lei de LIBRAS de 2005, que assegura ao aluno com surdez a prioridade de ter auxílio de um Intérprete durante as aulas no ensino regular. Tal fato revela que o Brasil está tornando-se um país mais preocupado com a inserção social de sua população com necessidades educacionais especiais.

Quanto à legislação estadual constatou-se por meio de pesquisas que existem vários documentos norteadores da inclusão do aluno surdo no ensino regular. Entre elas a Lei Estadual nº 10.383/1999 “Institui o Dia do Deficiente Auditivo a ser Comemorado no Estado de São Paulo, anualmente no último domingo de Setembro, preservando e respeitando sua cultura, conhecida como a cultura da Comunidade Surda”. O reconhecimento dessa lei representa o respeito que os surdos adquiriram ao longo do processo de aceitação da existência de sua cultura perante a cultura dos ouvintes.

Na Lei Estadual nº 10.958 de 2001 “reconhece oficialmente a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e os demais recursos de expressão a ela associada como Meio de Comunicação objetiva e de uso corrente da Comunidade Surda”. A partir da promulgação dessa Lei o Estado de São Paulo, regulamentou que a LIBRAS poderia e deveria ser utilizada como meio de comunicação entre os surdos e os ouvintes, estabelecendo assim a inclusão social do surdo e respeitando dessa forma, seus direitos legislativos. Essa Lei consistiu numa grande vitória para a Comunidade Surda do Estado de São Paulo, pois a partir de sua regulamentação, os surdos puderam usar LIBRAS sem restrições advindas da sociedade estamental.

Em relação à esfera Municipal da Cidade de Marília, existem três Leis que tratam da educação do surdo nas. A Lei nº 6.021 de 30 de Setembro de 2004 “que autoriza na rede Municipal de Saúde, profissionais aptos a interpretarem a Língua Brasileira de Sinais, ou melhor, a contratação de Intérpretes de LIBRAS – Língua Portuguesa”. Tal Lei da Prefeitura Municipal autoriza a existir e a manter na rede municipal de saúde, profissionais capacitados para o cargo de Intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; no entanto, esse profissional deverá estar à disposição das unidades saúde do município, em plantão de 24h diárias ou durante o período de funcionamento de tais unidades que atendam o público alvo, isto é, os surdos.

Uma outra Lei Municipal muito importante sob o nº 6.285 de 2005 “que regulamenta a necessidade de um Intérprete de LIBRAS e oficializa a Língua Brasileira de Sinais como forma de comunicação e expressão, associada ao sistema lingüístico e, de natureza visual-motora”. Institui no Município de Marília, interior do Estado de São Paulo, a LIBRAS como forma de comunicação entre os ouvintes e a Comunidade Surda da Cidade, garantindo aos alunos com surdez, os recursos necessários para a uma educação mais inclusiva e adequada à suas necessidades educacionais especiais.

E a Lei Municipal nº 6.370 de 2005 que modifica a Lei nº 3.200 de 1.983 do Estatuto do Magistério Público Municipal, referente ao cargo de Professor de LIBRAS. Regulamenta que para ocupar o cargo de Professor de LIBRAS, o ingressante deve possuir habilitação na área de Pedagogia e habilitação em Deficiência Auditiva e um Curso de LIBRAS. Isto é extremamente importante para o aluno com surdez ter uma educação de qualidade, pois ele depende de bons profissionais para a garantia de sua aprendizagem, de acessibilidade a uma gama de recursos para o desenvolvimento de sua linguagem e de sua cognição. Para tanto, é preciso que o pedagogo especializado em deficiência auditiva deva saber comunicar-se em Língua Brasileira de Sinais, a língua natural do surdo, facilitando assim a comunicação entre ambos e desenvolvendo simultaneamente, habilidades significativas no aluno com surdez.

Conclui-se então, que apesar do respaldo legal existente tanto na esfera federal, estadual e municipal, esses documentos ainda não foram implementados pelos sistemas educacionais. Nesse sentido, torna-se fundamental que se divulguem tais documentos, para se consolidar o direito do aluno com surdez ter uma educação, ou seja, oportunidade de se desenvolver plenamente.

## Referências Bibliográficas:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Federal nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1.996, art.24 do decreto nº 3.298/99 e a Lei nº 7.853/89, a pessoa com deficiência tem direito à educação pública e gratuita preferencialmente na rede regular de ensino, e, ainda, à educação adaptada às suas necessidades educacionais especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/Seeesp-Portal Seesp>. Acesso em: 25 mar.2006

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. “Lei Federal nº 10.436 no dia 24 de abril de 2002 pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/Seeesp-Portal Seesp>. Acesso em: 25 mar.2006

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Lei de LIBRAS nº 5.626, 22 de dezembro de 2005. Lei Federal nº 10.436 no dia 24 de abril de 2002 pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.” Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/Seeesp-Portal Seesp>. Acesso em: 25 mar.2006

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Especial Plano Nacional de Educação Especial (2001), que tem como meta implantar em cinco anos e generalizar em dez anos, o ensino da Língua Brasileira de Sinais para os alunos surdos e, sempre que possível para seus familiares e para os funcionários da unidade escolar incluídos no sistema regular de ensino, mediante um programa de formação de instrutores, em parcerias com organizações não-governamentais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/Seeesp-Portal Seesp>. Acesso em: 25 mar.2006

CÂMARA MUNICIPAL DE MARÍLIA. A Lei nº 6.021 de 30 de Setembro de 2004. Autoriza a Prefeitura Municipal a manter na rede municipal de saúde, profissionais aptos a interpretarem a linguagem dos surdos-mudos. Disponível em: [www.camar.gov.br](http://www.camar.gov.br). Acesso em: 10 ago.2006.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARÍLIA. A Lei nº 6.285, de 21 de Junho de 2005. Dispõe sobre a oficialização, no âmbito deste município, da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Disponível em: [www.camar.gov.br](http://www.camar.gov.br). Acesso em: 10 ago.2006.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARÍLIA. A Lei nº 6.370 de 13 de Dezembro de 2005. Modifica a Lei nº 3.200, de 30 de Dezembro de 1.986 – Estatuto do Magistério Público Municipal, Referente ao Cargo de Professor de LIBRAS. Dá outras providências. Disponível em: [www.camar.gov.br](http://www.camar.gov.br). Acesso em: 10 ago.2006.

MITTLER, PETER.J. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed. 2003, p.264.

SÃO PAULO, (Estadual) A Lei Estadual nº 10.958 de 27 de novembro de 2001 fica reconhecida oficialmente a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e os demais recursos de expressão a ela associada como Meio de Comunicação objetiva e de uso corrente da Comunidade Surda. Disponível em: [www.surdo.org.br](http://www.surdo.org.br). Acesso em: 10 ago.2006

SÃO PAULO, (Estadual) que Institui o Dia do Deficiente Auditivo a ser Comemorado no Estado de São Paulo, anualmente no último domingo de Setembro, preservando e respeitando sua cultura, conhecida como a “A Cultura da Comunidade Surda”. Disponível em: [www.surdo.org.br](http://www.surdo.org.br). Acesso em: 10 ago.2006